

RIO DE JANEIRO: CIDADE-NEGÓCIO

Leonardo Izoton Braga

Mestrando em Psicologia, Universidade Federal Fluminense

leo.izoton@gmail.com

O Rio de Janeiro foi sede da Copa do Mundo Fifa 2014 e sediará as Olimpíadas de 2016. Desde o início de sua nomeação como palco oficial destes megaeventos internacionais, a metrópole carioca vem passando por um intenso processo de remodelação e adequação, para receber estes espetáculos da agenda global, que geram sucessivos e intensos impactos sobre a vida urbana. Ao mesmo que os eventos recrutavam pessoas diante de comoção e engajamento, se iniciava um violento processo de metamorfose das ambiências e sociabilidades no tecido da urbe, destruindo locais, desabrigando famílias e provocando a elitização dos espaços. Perante esta situação, faz-se necessário traçar uma breve aproximação crítica das transformações citadinas, que dizem respeito aos modelos de cidade capitalista que vem se construindo ao longo dos séculos até a contemporaneidade. Para isso, será tecido um breve paralelo entre a atual gestão e reformas cariocas, em confronto com a grande reforma do Rio de Janeiro no início do século XX e as reconfigurações urbanas de Paris, capital francesa, no século XIX, problematizando a importação dos modelos de cidade, dentro de uma conjuntura que será tratada como cidade-negócio. Entende-se como cidade-negócio a radicalização da cidade capitalista, que transforma a forma urbana e seus cidadãos em produtos a serem comercializados no mercado internacional, amparados pela implantação e repetição de modelos autoritários, excludentes e de vigilância, acabando por se tornar o caminho de perpetuação e fortalecimento do planejamento pautado nos interesses econômicos em detrimento das demandas sociais.

Diante deste quadro, é possível observar progressões e recepções dos modelos cidade, como por exemplo, nas proclamações do atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Em uma de suas declarações, Eduardo elogia Pereira Passos, ex-prefeito, engenheiro e planejador que atuou de 1902 a 1906 em solo carioca. O atual prefeito utiliza o nome do ex-prefeito como um dos emblemas de sua gestão, pela lembrança de seu caráter reformador e em alusão às grandes reformas higienistas e modernizadoras ocorridas no início do século

passado¹. De forma semelhante ao fato de Eduardo Paes adotar Pereira Passos como um de seus “padrinhos”, Passos também havia eleito um “padrinho”, uma figura do século XIX, o governador francês Barão Georges Haussmann, que operou em território parisiense uma grande reestruturação urbana.

A operação de Haussmann ocorrida na França, em meio ao século XIX, era uma resposta ao assombro do fantasma da Revolução Francesa e das revoluções populares ocorridas no século anterior. Aliado aos padrões estéticos e ao intenso espírito progressista do capital e da modernidade, o governador francês coordenou obras de transformação, saneamento e infraestrutura urbana, remodelando o traçado da Paris medieval, com o intuito de reduzir males e pestes decorrentes dos esgotamentos à céu aberto e insalubridade nos cortiços, agravados com a expansão urbana. Durante o período de 1853 a 1870, por meio das grandes reformas, parte da cidade foi destruída, dando lugar às novas edificações que se associavam a amplos *boulevares*, iluminados e arborizados. O entrelaçamento do antigo desenho urbano cedia lugar ao esquadrinhamento axial, demonstrando o ideal fabril, o desejo de circulação e controle². Os cortiços foram demolidos e as camadas populares expurgadas, a fim de conter os núcleos de organização e promover a dispersão demográfica, o que acarretou a criação dos subúrbios.

A pauta de saneamento adquiria a conotação política, de disciplina da vida dos operários pobres, que eram associados, sem distinção, à vagabundos e criminosos³. A imagem da multidão, enquanto movimento não domado que invadia a metrópole francesa, se apresentava como um perigo sempre eminente, de revolução do povo, em ameaça aos regimes hegemônicos. A multidão⁴ era a emergência do informe, ilegível e incontrolável, o sem rosto, alvo das tentativas de conhecimento, identificação e extermínio. O desejo de progresso e embelezamento da capital, para a elite francesa, coligava-se com o projeto de dissolução de possíveis insurgências, materializado no traçado ordenado; na transformação de hábitos e costumes; no isolamento e exclusão da classe operária; e na demolição de suas ligações e referências. Estas ações eram executadas em prol da construção de uma civilização industrial, apaziguada e disciplinada, que exigia reconhecer a identidade de seus subordinados. Paris se

¹ Declaração de Eduardo Paes: “... gostaria de ser lembrado: — Um urbanista à la Pereira Passos com um coração à la Pedro Ernesto (que foi interventor entre 1931 e 1935 e prefeito de 1935 a 1936, lembrado por grandes feitos na saúde e na educação). Sob o ponto de vista da modernização da cidade, de grandes intervenções que possam melhorar e recuperar o Rio, acho que tem muita coisa acontecendo como aconteceu no governo Passos.” (O GLOBO, 2014)

² FRAMPTON, 2008, p.17-18

³ BRESCIANI, 1982, P.51

⁴ “É o movimento da multidão o que mais assusta, a impossibilidade de localizá-la. E seu percurso para excluí-la, para isolá-la do povo, é a lei.” (CHEVALIER Apud BRESCIANI, 1982, p.68)

tornava palco de avanços nas tecnologias urbanísticas, ao mesmo tempo em que ordenava o espaço como estratégia de divisão, legibilidade e controle do caos metropolitano, acarretando o exílio e vigilância daquilo que dominavam como perigo social, a heterogeneidade cidadina.

Em reflexo à inspiração haussmaniana, Francisco Pereira Passos foi o planejador responsável por inúmeras obras que redesenharam o centro da capital carioca no início do século XX. Passos foi o protagonista do chamado “Bota-abaixo”, projeto que traçava como objetivo a destruição do traçado colonial, seus casarões e ruelas, para a promoção de um novo empreendimento urbano marcado pelo cosmopolitismo. Sua reforma, ocorrida de 1902 a 1906, também apontava para a necessidade de saneamento e modernização da morfologia colonial. Em perseguição ao progresso e adequando-se aos padrões estéticos da época, foram abertos grandes *boulevares* e avenidas, ergueram-se construções neoclássicas e ecléticas, além da promoção de aterros, jardins e infraestrutura urbana, que emergiram na utopia da busca de novo modelo cidade moderna.

Sua administração se tornou a abertura às grandes mudanças estruturais que transformaram a capital da República. Apoiado no tripé: comercial (obras do Porto), higiênico (reorganização da saúde pública) e estético/prático⁵ (remodelação da cidade), demoliu cortiços, proibiu os quiosques, a venda de certos produtos por ambulantes e a mendicância. Assim como o planejamento francês, a nova imagem da cidade carioca trouxe consigo a elitização do espaço urbano central. A criação da Avenida Central rasgava as antigas ocupações e conectava-se com a orla, demonstrando uma intervenção estatal fundada em novas bases econômicas e ideológicas. Com as desapropriações e o elevado custo de aluguéis e propriedades, parte da população se deslocou para ocupação dos morros mais próximos (Providência, São Carlos, São Antônio...) ou áreas mais distantes, os subúrbios. Sanear, embelezar e melhorar⁶ foram os verbos que conduziam os empreendimentos da era Passos. A metrópole capitalista foi delineando suas formas, por meio da organização social e novas funcionalidades, expondo sucessivas cisões⁷ e adequando-se a integração econômica global pela nova forma urbana e organização social.

⁵ DELGADO DE CARVALHO, 1990, p.96

⁶ Idem. p.98

⁷ ABREU, 2013.



(A)



(B)

Impulsionada por este curto e intenso governo de Passos, a febre de modernização se estendeu na República Velha, com a atuação de outros prefeitos, até os anos 20, no qual foi coroada com o Centenário de 1922, marcando a celebração do aniversário de independência do país com uma exposição internacional. O imaginário urbano carioca era invadido pela produção de um cenário espetacular para acolher os expectadores e consumidores estrangeiros, mostrando a força do Brasil como país emergente e industrializado. Carlos Sampaio (1920-1922) foi o prefeito que comandou o período final desta corrida em direção ao centenário, evento que pretendia ser “vitrine” do progresso e um “espelho” da autoimagem

cosmopolita⁸. Diante deste compromisso e contrariando a idéia de Pereira Passos, que entendia o Morro do castelo como legado simbólico de fundação da cidade⁹, Sampaio realizou o desmonte do Morro do Castelo e a demolição de habitações onde residia a população pobre, para alcançar novas áreas de urbanização e aterro, ao mesmo tempo em que excluía símbolos do passado e cenários da miséria.

Sampaio buscava o diálogo com o novo, utilizando signos de avanço que deveriam ser encarnados nas novas paisagens modernas tropicais, nas construções neocoloniais e neoclássicas, como o Hotel Glória, que foi confeccionado para receber a elite estrangeira¹⁰. O Centenário era o espetáculo em que todos deveriam atuar, exibindo ao mundo a implantação do modelo de cidade europeia burguesa, enquanto se destruíam os traços do passado colonial, uma vez que se deveria expressar, a qualquer custo, a força da civilização carioca. Mesmo com o declínio deste modelo de planejamento, nos anos que se seguiram, este processo de importação de imagem de cidade pela criação de novos cenários urbanos e sua implementação autoritária para atender as demandas da elite, parece aproximar-se de alguns indícios das transformações que acontecem atualmente no Rio de Janeiro, diante da dinâmica dos megaeventos.

Em ressonância com estes dois episódios urbanos do século passado, associam-se o atual prefeito cidade e o governador do estado do Rio de Janeiro, respectivamente, Eduardo Paes e Sérgio Cabral¹¹. Diante da importação de modelos de cidade como estratégia de adequação ao panorama capitalista global, a atual gestão governamental do Rio também persegue seu “ideal progressista” de embelezamento e transformação do território, porém, ancorados em uma perspectiva para além da modernidade, que tem como foco, a implantação na metrópole carioca do modelo de cidade-negócio. Amparados pela injeção maciça de capital difuso para receber os megaeventos: Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, o governo em parceria com as empresas, inicia sua jornada de fundação vertical do modelo batizado de “Cidade Olímpica”, apoiado no marketing urbano, que tem como objetivo a formação de uma cidade-empresa que se debruça sobre o mercado internacional.

O vetor progressista não se baseia mais apenas nos ideais de destruição do passado e construção do novo, como no auge da modernidade, mas na resignificação do real

⁸ KESSEL Apud JAGUARIBE, 2011, p.336

⁹ JAGUARIBE, 2011, p.337

¹⁰ Como ressalta Jaguaribe, o Copacabana Palace também foi projetado com essa finalidade porém, foi inaugurado apenas em 1923 (JAGUARIBE, 2011, p.338)

¹¹ O cargo de governador foi assumido, atualmente, por Luiz Fernando Pezão, seu vice, que tomou posse após a renúncia de Cabral, tendo em vista sua candidatura para o senado federal e, assumiu definitivamente como governador após se candidatar e vencer as eleições de 2014

para adequar-se as exigências do comércio exterior, atendendo as demandas para exportação das formas simbólicas do espaço urbano. A cidade torna-se o produto por excelência e seus cidadãos são parte deste pacote temático. O negócio, enquanto a negação do ócio, transmuta vidas em engrenagens do produto: a força produtiva, o potencial criativo e a capacidade de consumo, tornam-se um sistema comercializável, que carece de tratamento e pacificação. Este modelo se configura pela fórmula midiática da “Cidade Olímpica”, empresa virtual que gere a produção da urbe.

Este modelo econômico importado de Barcelona, em sua controversa revitalização urbana decorrente das Olimpíadas de 1992, tem como meta o comércio de uma imagem de cidade. Para isso são necessários à construção de um símbolo identitário, cenários consensuais e um cartão postal homogêneo. A Cidade Olímpica é uma marca que deve ser impressa sobre o território carioca. O debate deve ser silenciado, as contradições e diferenças escondidas, maquiadas ou exterminadas, pois “o marketing torna invisível tudo que não é uma virtude do produto”.¹²

Nesta violenta transposição da esfera pública para uma dinâmica de funcionamento empresarial que vem ocorrendo no Rio de Janeiro desde o período de preparação para os megaeventos, todos são impulsionados a trabalhar em prol da eminente oportunidade de negócio, como operários de uma representação fantasma. O custo de sobrevivência se eleva, a densidade demográfica se estende e a explosão imobiliária devora as propriedades urbanas. A legislação urbana se modifica, abrindo-se ao momento de investimentos, fundando uma cidade de exceção¹³, um modelo de planejamento que se abre ao capital privado para atender a demanda da promoção dos eventos, pela fixação de parcerias-público-privadas.

A construção destas operações consorciadas, promovidas por parcerias entre poder público e privado, se caracteriza pela possibilidade de flexibilização da legislação urbanística, ou seja, pela capacidade de modificação dos índices de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, alterações nas normas e regularização de construções, reformas ou ampliações em desacordo com a legislação vigente¹⁴. Resumindo, a ilegalidade se torna legal¹⁵ e as empresas são as beneficiadas por esta medida, confirmando os interesses do

¹² O GLOBO. Carlos Vainer discute os mega eventos e a cidade de exceção, 2014

¹³ “O megaevento gera toda uma legislação *ad hoc*, específica e casuística, para aproveitar a oportunidade de negócios. A regra coletiva, pública, sucumbe diante de uma sucessão interminável de exceções: regime diferenciado de contratação, isenção tributária para hotéis, isenção fiscal e alfandegária para parceiros do COI...” (O GLOBO, 2014)

¹⁴ VAINER, 2011, p.6-7

¹⁵ *Idem*, p. 11

mercado e aquecendo o plano dos negócios. Reafirma-se a elite na promoção do traçado urbano, como acontecera em séculos anteriores, porém a atual estratégia conecta-se à privatização, travestida de parceria, que lança a cidade no regime empresarial. Deste modo, o interesse coletivo se reduz aos desígnios de poucos empresários, as grandes obras de infraestrutura se tornam monumentos patrocinados e a expulsão dos pobres e inomináveis se torna mais perversa, pois é pautada pela homogeneização, negociação de propriedades e vidas.

Apontando para a direção dos consórcios, pode-se citar o Porto Maravilha, que está sendo construído sobre o antigo Cais do Valongo¹⁶ e o, recém-descoberto, Cemitério dos Pretos Novos, cena do tráfico colonial e reduto de manifestações negras. Este grande empreendimento que emerge como uma marca que apaga o passado e domestica a cultura, pintando um novo cartão postal sobre uma grande extensão de terra pública, é coordenado pelo consórcio (OAS, Odebrecht e Carioca) bilionário que materializa: equipamentos urbanos e empreendimentos privados, sem grandes responsabilidades com a questão social e moradias populares. Em ressonância com as obras patrocinadas, os teleféricos ganham sobrenomes famosos: Alemão-Kibon, Bonssucesso-Tim, pois todos querem fazer parte de uma associação com a Cidade Olímpica. O ideal olímpico funde-se com a promessa da maravilha.

A cidade maravilhosa, termo redigido pela poetiza francesa Jeanne Catulle Mendes em 1912, quando visitava o Rio de Janeiro em plena *Belle Époque* carioca, e imortalizado na marchinha de André Filho, no carnaval de 1935, se torna o slogan oficial que guia o discurso publicitário como hino e signo do mito da alegria¹⁷. Este slogan é novamente ativado neste quadro empreendedorista que se instala na cidade-negócio, não é mais o hino do processo civilizatório de ordem e progresso como foi no Estado Novo, mas toma a forma de confirmação da qualidade dos eventos, baseada na alegria, receptividade, nas mulheres lindas, praias tropicais, festas e futebol, que se tornam artigos de luxo na vitrine internacional. Os morros tornam-se safáris, o samba vira moeda de troca, as garotas e garotos de Ipanema, encarnações sensuais da maravilha, tornam-se alvos de violência corporal e simbólica. Os meios de comunicação transformam-se em intensivos aparatos de guerrilha cognitiva, a negociação da vida urbana confunde-se com os empreendimentos privados.

¹⁶ Cais de atracação dos navios que faziam o tráfico de escravos, posteriormente batizado de Cais da Imperatriz, por receber Tereza Cristina e Dom Pedro II em 1843 e aterrado na Reforma de Pereira Passos.

¹⁷ GOMES, 2012, p. 112

A propaganda do Banco Itaú¹⁸ expõe de maneira bastante clara o panorama projetado: o vídeo, que passa em horário nobre da televisão brasileira, mostra um grande estádio que ergue-se, circundando todos os limites do território brasileiro. Estão todos inseridos dentro do evento ou estão todos presos, condenados aos megaeventos? Tudo gira em torno destes grandes negócios e os sintomas são sentidos diariamente. As chagas são abertas, os escravos recrutados e os condenados punidos. O lançamento do Banco Imobiliário: Rio Cidade Olímpica revela o tom absurdo dos eventos bizarros que invadem a urbe, a primazia do privado vira material de educação. Todos devem sorrir, dançar e cantar, mesmo afogados em cotidianos violentos, dívidas cumulativas e sobrevivências sem sentido. São todos condenados a atuar como personagens desta festa, onde poucos podem comemorar verdadeiramente.

Até o Maracanã, principal estádio carioca, é entregue a gestão privada e durante sucessivas e milionárias reformas, é fechado por mais ou menos 8 anos. O impacto é visível sobre uma geração que não vê jogos neste estádio. Seu perímetro é controlado, seus arredores são esterilizados: ambulantes são proibidos, o espaço é fechado e o marco do futebol carioca eleva consideravelmente os preços dos ingressos, operando a elitização do templo padrão FIFA. A alegria de frequentar os jogos de seu time do coração é usurpada do torcedor carioca, pela abolição da geral (área da arquibancada que era vendida a preços populares) e padronização dos hábitos e costumes de seus frequentadores, submetidos a novas regras de sociabilidade. Nunca se viu um Maracanã tão branco, já que a grande parte da população negra, de baixa renda, não tem condições de bancar os ingressos vendidos à preços exorbitantes.

Este processo de privatização da gestão da cidade é conduzido por planos de *branding* urbano, ou seja, como foi afirmado, a criação de um modelo representativo na competição do mercado global. A cidade maravilhosa serve como mercado competitivo à olimpíada. Esta competição desponta como o objetivo do planejamento do espaço citadino, elevando o preço à ser pago por viver neste plano representativo, no caso, a “Cidade Olímpica”. A moradia, alimentação, saúde, educação e lazer, transformam-se em domínios do lucro, uma vez que o turismo e as janelas de oportunidades se abrem pela procura deste espaço em evidência, ou seja, os megaeventos atraem investimentos e consumidores, levando a alta procura dos produtos e serviços, logo, quem pagar mais, adquire a mercadoria. O problema é que a mercadoria é a própria cidade, o que acarreta a elitização de suas áreas.

¹⁸ ITAÚ. “A Grande Transformação”, propaganda do Itaú sobre a Copa do Mundo de 2014

Onde os investimentos se concentram, o preço aumenta e os pobres são expulsos, dando lugar a um novo modelo de cidade.

Nesta competição voraz onde a repetição é o desejo de reconstrução da cidade como terreno apaziguado para instalação da cidade-impresa, altera-se violentamente o tecido da urbe, pela imposição de novos empreendimentos. O império parece reinventar o saneamento de seus antigos “padrinhos” (Hausmann e Pereira Passos). Porém, por mais excludentes que tenham sido as antigas reformas já citadas, elas deixaram um legado de infraestrutura que amparou o crescimento urbano durante décadas, pois eram pautadas no progresso técnico. Neste novo modelo, o progresso não é mais a técnica, mas sim o negócio, impulsionando o surgimento de novos princípios de planejamento: pacificação, remoção e revitalização. Estes termos fazem parte de um arsenal conceitual que se aplica ao projeto empresarial urbano, focando principalmente em áreas de crescente especulação imobiliária, como favelas próximas a bairros elitizados e grandes empreendimentos urbanos (como o Porto Maravilha), como também à populações e regiões da cidade que se encontram, segundo designações institucionais, em risco e/ou degradadas. A forma da cidade é o alvo da ação reformadora, que pretende destruir espaços existentes para implantação de uma nova ordem e domesticar modos de vida, tratando a cultura de maneira que possa ser vendida. Estes processos de neo-sanitarismo retomam o estigma das grandes reformas, que trazem consigo um programa de expulsão e opressão das camadas populares e sistemas reacionários. Porém, não se dá mais, como foi afirmado anteriormente, a troca do velho pelo novo, mas, a troca da produção por lucro, o comércio da tensão presente na imagem da vida urbana.

A pacificação carrega consigo a bandeira das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que reivindicam a retomada do comando regional com pequenas guerras, sucessivos assassinatos e vigilância diária nas comunidades. O desejo de controle e silenciamento das favelas expõe a necessidade da manutenção da imagem imaculada da cidade carioca, maquiando, escondendo e repreendendo seus vestígios de violência e descontrole com mecanismos de coerção. A pacificação é a possibilidade da negociação oficial imagem da favela como ícone no imaginário global, carregando o fascínio o entre horror da violência e a comunidade autêntica¹⁹. Esta apresentação participa do *branding* e se radicaliza na domesticação da favela nos “*favela tours*”. Além disso, abre caminho para novos territórios de expansão imobiliária formal e instalação de empresas, como potenciais focos de consumo.

¹⁹ JAGUARIBE, 2011, p.343

A remoção de pessoas de suas casas, travestida de ação restauradora de áreas de risco, institui expulsões e demolições para construção de estradas e edificações, desrespeitando os direitos humanos. Vila Autódromo, Horto, Realengo, Santa Marta, as remoções da Transoeste... A disputa pela terra urbana e a ebulição da especulação imobiliária materializa-se nas práticas de Estado, soterrando realidades, destruindo lares e reassentando famílias em zonas longínquas.

Por fim, a revitalização retoma um discurso vitalista, ao propor trazer vida e dinamismo para zonas da cidade descritas como degradadas. O slogan do processo de revitalização promove a chacina nos modos de vida da região, reduzindo-os a cadáveres ou lixo a serem removidos (vale lembrar que o termo remoção, anteriormente, era utilizado apenas para estes materiais). Uma nova realidade abre-se para ser imposta, como alternativa de vida para uma cidade empreendedora. A elitização desponta como sintoma de projetos desta natureza como Barcelona (ESP) e Puerto Madero (ARG), onde as áreas portuárias deram lugar à museus, boutiques, restaurantes e cafés caríssimos, beneficiando um pequena fatia da população e o turismo local, ao mesmo tempo que expulsava as minorias que ali habitavam.

Pode-se dizer que a questão das grandes reformas e os modelos de cidade não passa apenas por líderes como Eduardo Paes, Peireira Passos ou Georges Haussmann, mas também pelas inscrições que ultrapassam rostos e nomes, gerando empreendimentos globais que marcam os gestos cotidianos. O enclausuramento e a aparente impotência da população frente a estas linhas duras e atualizações violentas operadas por instituições mundiais, acabam por designar textualidades oficiais que, amparadas por políticas de controle, escrevem uma história única e homogênea da cidade. O texto oficial é aquele que coordena a história hegemônica, ou seja, sabe-se pelos documentos históricos que o “Bota-abaixo” remodelou o centro da capital carioca ou pelos jornais que a vila olímpica está sendo construída, mas pouco se sabe sobre o que aconteceu com as famílias expulsas de suas casas nestes dois empreendimentos. A história oficial se sobrepõe às vidas menores do cotidiano que podem contar outras narrativas sobre a construção do espaço urbano. A história ouvida é contada apenas pelos vencedores.

A cidade como polifonia em vias de encarnação sempre foge ao controle, o movimento múltiplo opera suas próprias escrituras e insiste em reescrever sua história borrada, destruída e apagada, reinventando a sua existência, na resistência inerente à própria vida. O urbano se constrói nesta política de atualização, como um parlimpsesto, um

pergaminho que é sucessivamente rasurado e reescrito. O sujeito dilui-se neste caos criativo, tornando possível novas composições. O território urbano, ainda que marcado por dispositivos imperialistas, carrega consigo a abertura espaço-temporal. A cidade não é o lugar da salvação, mas pode apontar para outros caminhos.

Neste sentido de contraposição às textualidades oficiais, podemos pensar com o filósofo alemão Walter Benjamin, que reivindica a construção de uma historiografia de combate, tornando possível a enunciação da historiografia dos oprimidos, não como uma substituição da história vencedores pela história oprimidos, mas pela interrupção do discurso único dos vencedores²⁰. Estas histórias revelariam outras cidades que acontecem, funcionando como fugas ao discurso sufocante dos dominantes e demonstrando a certeza de que a realidade não é pautada pela norma. O tecido metamórfico do Rio de Janeiro continua pulsando sob o planejamento empresarial, escrevendo textualidades desviantes. As cidades silenciadas e invisíveis atravessam o outdoor da “Cidade Olímpica”, as estruturas rangem, as vidas ordinárias sussurram o descontentamento, o corpo sofre a imobilidade e o açoite. A contenção da vida pode revelar assombrosa pressão, pela qual, um manancial de existências deseja jorrar.

Quais são as trajetórias destes corpos? Quais são essas possíveis fissuras? O que elas têm a dizer? O Rio de Janeiro como “Cidade Olímpica” é uma certa utopia imposta, existem outros Rio de Janeiro. Quais são eles? Faz-se necessária um acompanhamento dos gestos, regimes de signos desviantes que transformam as possibilidades do real. A tentativa de escrever este texto é apenas uma forma de apresentar aquilo que se vê e, ao mesmo tempo, pensar sobre a política do que não foi visto, em sua potência de vida e o risco de aniquilamento.

Lista de imagens:

(A) Augusto Malta

<http://www.almacarioca.com.br/imagem/fotos/rioantigo2/malta08.jpg>

(B) Marc Ferrez_ Avenida Rio Branco

<http://umpostalpordia.files.wordpress.com/2012/09/rio-branco-a.jpg>

Bibliografia

ABREU, Marcio de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPP, 2013

²⁰ Formulações referentes às “Teses sobre história”, as quais não nos deteremos neste trabalho

- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982
- DELGADO DE CARVALHO, Carlos. História da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Sec. Mun. Cultura, Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, 1990
- FRAMPTON, Kenneth. História crítica da arquitetura moderna. São Paulo: Martins Fontes, 2008
- GOMES, Renato Cordeiro. Todas as cidades a cidade: Literatura e experiência urbana. Ed. ampl. – Rio de Janeiro: Rocco, 2012
- ITAÚ. “A Grande Transformação” In <http://www.youtube.com/watch?v=KNjQTDxV4ow>
- JAGUARIBE, Beatriz. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. Porto Alegre, v.18, n.2, p.327-347, maio/agosto 2011.
- O GLOBO. Carlos Vainer discute os mega eventos e a cidade de exceção. In <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/08/06/carlos-vainer-discute-megaeventos-cidade-de-excecao-396846.asp> acessado em 2014
- _____ “Em campanha, Paes tenta vincular sua imagem às transformações feitas por Pereira Passos” In <http://oglobo.globo.com/rio/em-campanha-paes-tenta-vincular-sua-imagem-as-transformacoes-feitas-por-pereira-passos-5433676> acessado em 2014
- VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. 2011